

# PANORAMA DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL, 1930-1995

**Wilson Maske**

Mestre em História pela UFPR e  
Professor de História Brasileira  
no Curso de Relações Internacionais das  
Faculdades Integradas Curitiba

O rápido avanço da globalização nos últimos anos nos ensina que a forma como o Brasil se insere no contexto internacional é que vai determinar seu papel no mundo futuro, assim como o estilo e o padrão de vida que seus cidadãos irão usufruir. As influências externas são tão poderosas que país nenhum poderá pensar em escapar delas. O que pode ser feito é conhecê-las da melhor forma possível, para que se criem estratégias que possibilitem a melhor inserção internacional do Brasil em frente das tendências internacionais sobre as quais o País pouco domínio tem.

Essa, porém, não é uma idéia nova. Os governos brasileiros já desde a Independência, ou antes ainda, tinham consciência do papel que o País desempenhava no concerto internacional. Seu lugar como economia periférica, fornecedora de matérias-primas, gravitando em torno de uma potência hegemônica, era conhecido. As políticas estabelecidas por esses governos levavam em conta tal situação, buscando resguardar os interesses de uma elite política, ora aceitando imposições do Reino Unido, ora utilizando de subterfúgios para escapar de suas imposições, ou ainda enfrentando essa potência, assim como vizinhos que ameaçavam os interesses brasileiros na Bacia Platina. Assim, o modo de produção utilizado no Brasil, a escravidão, o produto exportado, o café e outras matérias-primas eram determinados pelas contingências externas, às quais o País tentava se adaptar, liderado por uma elite em pleno acordo com o enquadramento brasileiro no sistema internacional do capitalismo industrial sob a condição dependente.<sup>1</sup>

Assim, desde a Independência, o Brasil, tal qual a América Latina, esteve sob influência inglesa. Essa situação só veio a conhecer um fim no início deste século, quando os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica hemisférica, em função de haver-se transformado no principal parceiro comercial do Brasil, pois era o maior

---

<sup>1</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Atica, 1992. p. 24.

comprador de café brasileiro. Os EUA já se haviam tornado um referencial em termos de política externa brasileira, por ocasião da adoção do regime republicano, fato esse possibilitado pelo exemplo de ser a primeira colônia européia a ficar independente no Continente Americano e ter inspirado as demais independências do Hemisfério Ocidental.

A política externa brasileira no início do período republicano se caracterizou por um alinhamento automático às pretensões norte-americanas no continente. Ingenuamente o novo governo brasileiro considerava que bastaria a adoção do regime republicano para que as questões de fronteira fossem resolvidas com os vizinhos. A Argentina saudou festivamente o novo regime no Brasil, mas não deixou de reivindicar a anexação da região de Palmas ao seu território, o que quase logrou conseguir por causa do fraco, senão irresponsável, desempenho de Quintino Bocaiúva nas negociações arbitrais ocorridas em Montevidéu.<sup>2</sup> Logo, no entanto, as elites dirigentes retornaram aos pontos essenciais da diplomacia imperial, o que não impediu a celebração do Acordo Comercial com os Estados Unidos, o primeiro com uma grande potência mundial, desde que os tratados de comércio com o Reino Unido e a França, extremamente prejudiciais à economia brasileira, caducaram em 1840. Durante o restante da República Velha, com exceção do trabalho de fixação das fronteiras feito pela equipe do Barão do Rio Branco, a política externa brasileira esteve a serviço da economia cafeeira.

Após a Revolução de 1930 e ao longo de toda a era Vargas, a política externa passaria a repercutir fortemente uma aproximação maior com os Estados Unidos no plano dos interesses comerciais e financeiros. Inicialmente Vargas não demonstra essa vertente de sua política exterior. Sua condução refletiu as novas condições políticas do País, como o populismo, o nacionalismo e o autoritarismo. A própria recepção favorável do regime autoritário de Vargas pelos governos da Alemanha nazista e da Itália fascista demonstra a identificação inicial do Estado Novo com esses regimes<sup>3</sup>. Entre os norte-americanos houve de início uma série de inquietações, que foram negadas pelas atitudes do Brasil, as quais não indicavam uma futura adesão ao Eixo. As relações com os EUA não sofreram retraimento algum, enquanto o prestígio da diplomacia alemã jamais conseguiria superar o da norte-americana junto ao Itamaraty.

A campanha de nacionalização instituída pelos governos estaduais e pelo governo federal foi um golpe profundo que forçou a integração das grandes colônias alemãs e italianas sediadas em São Paulo, Curitiba, Joinville, Blumenau e Porto Alegre. Com isso, as escolas de língua alemã e italiana foram definitivamente fechadas, e a utilização dessas línguas foi gradativamente diminuída no Sul do Brasil.<sup>4</sup> Também a atividade das células do Partido Nazista entre os alemães e seus descendentes no

---

<sup>2</sup> DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1999. p. 251.

<sup>3</sup> Cf. CERVO. *Op. cit.* p. 225.

<sup>4</sup> Cf. MASKE, Wilson. *Bíblia e arado: a construção da identidade étnica dos alemães menonitas no sul do Brasil*. Curitiba : UFPR. Dissertação de Mestrado, 1999.

Brasil foi severamente vigiada e coibida pelo governo brasileiro.<sup>5</sup> Mas a Alemanha estava profundamente interessada em transformar o Brasil em um fornecedor neutro de matérias-primas e alimentos, o que fez com que os nazistas ignorassem a perseguição que os alemães sofriam no Brasil. Aproveitando a situação de momento, Vargas transformou o interesse alemão pelo Brasil em poder de barganha (*equidistância pragmática*), pelo qual pressionou os Estados Unidos a cooperarem com seus planos de industrialização brasileira, sob a ameaça de aceitar o apoio econômico, financeiro e tecnológico da Alemanha nazista, o que tinha apoio de amplos setores do governo.<sup>6</sup>

A Segunda Guerra Mundial liquidou a estratégia de Vargas. O Brasil colaborou estreitamente com os Estados Unidos com a cessão da base militar de Natal aos Aliados, em função de sua proximidade com o norte do Continente Africano, com o fornecimento de alimentos e matérias-primas, com a patrulha marítima do Atlântico sul e com o envio da Força Expedicionária Brasileira, composta de 23.000 soldados, à Itália. Essa aliança, denominada Alinhamento Automático, se manteve até o fim do governo Dutra, em 1951.

A acanhada política externa de Dutra nada mais era do que um reflexo do imediato pós-guerra, quando o Brasil e a América Latina como um todo, ficaram sob a evidente hegemonia norte-americana, tanto sob o ponto de vista político, como o econômico e o cultural. Cabe destacar aqui a falta de visão de Dutra em não dar prosseguimento à política de Vargas, de aproveitar os momentos oportunos para determinar sua política externa e não estabelecê-la *a priori*, por causa de alianças que não mais eram de interesse de quem as propunha (EUA) nem de quem as aceitava.

A influência norte-americana sobre o Brasil foi resultado de uma estratégia mais ampla formulada no início da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de arregimentar a simpatia e a colaboração do Brasil e de outros países da América Latina, para fazer frente à concorrência dos países do Eixo, em especial à Alemanha. A estratégia norte-americana visava a objetivos mais amplos, que iam além da própria resolução da Segunda Guerra Mundial. Os norte-americanos tinham por objetivos a conquista de mercados e de esferas de influência econômica, consolidando seu próprio sistema de poder.

O Brasil, por sua vez, em função de haver colaborado com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e de haver logrado estabelecer um sistema democrático de governo, esperava ser recompensado pelos norte-americanos. Mas, para os Estados Unidos as áreas planetárias prioritárias eram aquelas que estavam diretamente ligadas ao conflito Leste-Oeste, na iminência de serem absorvidos pela URSS. E eram elas que deveriam obter recursos para o desenvolvimento para fazer frente ao comunismo. A América Latina só seria levada a sério pelos americanos quando a Revolução Cubana chamar-lhes a atenção para a situação do continente.

Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, foi instituída uma política

---

<sup>5</sup> Cf. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*. São Paulo : Nacional, 1985.

<sup>6</sup> Cf. CERVO. *Op. cit.* p. 247.

externa nacionalista que agradava às massas e tinha o apoio de partidos populares, como o PTB e o PCB, e de setores burgueses e militares, mas desagradava profundamente aos liberais, entreguistas e conservadores em geral da burguesia, do Exército e dos partidos conservadores, como a UDN. Apesar das promessas, o segundo governo de Vargas contrasta profundamente com o primeiro por causa da conturbada política interna, que lhe deixou pouco espaço de manobra em política externa, em comparação com o período ditatorial. Isso se deve ao fato de que em seu segundo mandato Vargas não era mais um ditador todo poderoso, mas um presidente eleito controlado pelo Congresso Nacional. Além disso, a cena política interna e externa havia mudado substancialmente, eliminando o poder de barganha que as relações brasileiras com a Alemanha haviam representado no contexto hemisférico. A isso podemos acrescentar que as contradições da Guerra Fria já haviam sido internalizadas na sociedade brasileira, gerando sucessivas crises. Esse quadro foi gradativamente aprofundado, culminando no cenário do suicídio de Vargas.

A transição do governo de Vargas para o de Juscelino Kubitschek foi tremendamente tumultuada, não deixando espaço para que Café Filho pudesse introduzir qualquer nova diretriz em termos de política externa.

Somente com Kubitschek é que a política externa brasileira pode ser redirecionada para objetivos como a questão do combate ao subdesenvolvimento na América Latina e, a partir daí, propôs a reorientação das relações com os Estados Unidos, de onde surgiria a teoria do nacional-desenvolvimentismo e a Operação Pan-americana. Segundo as idéias correntes, tanto na direita como na esquerda, a política externa poderia servir como um instrumento que pudesse fomentar o desenvolvimento do País.

Para que o Brasil pudesse ser resgatado do subdesenvolvimento, faziam-se necessárias não só reformas interna profundas, mas também alterações nas relações internacionais do Brasil. Segundo as propostas dos teóricos dessas estratégias, havia a necessidade de o País receber investimento de capital externo e repasse de tecnologia que permitisse o desenvolvimento industrial brasileiro. O País precisava urgentemente se industrializar, pois os tradicionais produtos exportados – matérias-primas e produtos agrícolas – estavam tendo seus preços rapidamente deteriorados em face do preço de produtos industrializados. Havia a necessidade de ampliar o mercado exterior para possibilitar a obtenção de capitais necessários à importação de bens e equipamentos que o desenvolvimento econômico demandava.

Segundo BUENO (1992, p. 256), o nacional-desenvolvimentismo, perceptível a partir da gestão Kubitschek, “passou a chave para a compreensão das relações internacionais do Brasil. Com as ressalvas de detalhes e de ênfase, de avanços e recuos, assim tem sido a política exterior do Brasil desde a segunda metade da década de 50 até aos nossos dias.”

Aproveitando a conjuntura externa favorável e colocando o Itamaraty em ação, Juscelino lançou a Operação Pan-Americana em 1958. Seu objetivo era colocar em funcionamento uma proposta de cooperação internacional para o desenvolvimento em nível hemisférico. Segundo JK, o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais competentes de barrar o avanço das ideologias de esquerda e antidemocráticas que propunham a solução dos graves problemas sociais que assolavam o continente.

A proposta da OPA buscava uma tradução econômica para a solidariedade política. A cooperação econômica daria a verdadeira força ao pan-americanismo e, à medida que os povos latino-americanos saíssem da miséria, surgiria uma capa protetora perante a a difusão de ideologias alienígenas.

JK via uma solução em conjunto para os problemas da América Latina. Ele tinha a percepção de que não haveria uma solução isolada para os problemas do Brasil. Deveria existir uma solução global para os problemas da América Latina.

A OPA era um meio de consolidar o pan-americanismo e afastar a América Latina da influência soviética, entretanto não avançou por causa de sua falta de objetivos concretos e da pouca atenção que o governo americano dava para a América Latina. Somente após a Revolução Cubana é que os EUA passaram a dar maior importância para o sul do continente. Numa proposta feita pelo Presidente Kennedy, ideais originais da OPA foram incorporados na Aliança para o Progresso, visando contemplar de alguma forma as reivindicações da América Latina.

A movimentada política externa de Juscelino Kubitschek daria origem a uma proposta de diretriz para a condução das relações internacionais do Brasil, a qual tomaria sua forma definitiva nos mandatos de Jânio Quadros e de João Goulart, a Política Externa Independente.

A PEI buscou situar o Brasil no concerto internacional em uma posição equidistante do conflito Leste-Oeste (Guerra Fria) e ao mesmo tempo solidária com os povos subdesenvolvidos do mundo inteiro. Baseada no nacionalismo, a PEI ampliou a visão de JK, solidária com a América Latina, para uma solidariedade para com todo o mundo subdesenvolvido, simplesmente denominado Sul. Jânio Quadros aproveitou um momento oportuno para lançar sua política externa: a Revolução Cubana havia acontecido recentemente, e os EUA temiam que outros países latino-americanos escapassem de sua esfera de influência. Em termos globais outros fatores favoreciam a adoção de uma política externa arrojada por parte do Brasil. Na África e na Ásia o processo de descolonização estava em pleno andamento, e as relações entre russos e americanos passavam por uma de suas piores fases. Era o momento ideal de o Brasil estabelecer uma nova política externa, arrojada, bem ao gosto de Getúlio Vargas, sem compromissos, que procurava obter vantagens para o País em um mundo dividido em dois blocos. Alegando o direito de autodeterminação dos povos, procurava uma maior movimentação do Brasil no concerto internacional, visando aos interesses econômicos brasileiros.

Assim podemos sintetizar as principais características da PEI<sup>7</sup>:

- a. mundialização das relações internacionais do Brasil, impedindo que elas se circunscrevam exclusivamente à América e à Europa Ocidental;
- b. atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil é ocidental;
- c. ênfase na bisegmentação do mundo entre Norte e Sul e não Leste-Oeste;
- d. busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos

---

<sup>7</sup> Cf. CERVO, Amado. *Op. cit.* p. 280.

- comerciais, o que explica a procura da Europa Oriental e da Ásia;
- e. desejo de participação nas decisões internacionais;
- f. luta pelo desenvolvimento, pela paz e o desarmamento;
- g. adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares;
- h. adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção;
- i. aproximação com a Argentina.

Cabe ainda citar que os resultados práticos efetivos em nível externo foram bastante reduzidos e que internamente o governo Jânio Quadros apresentou uma estratégia bem mais conservadora do que externamente, o que não deixou de ser observado pela imprensa e por outros setores. Aliás, essa política teve mais o mérito de despertar o temor das parcelas conservadoras da classe média e das Forças Armadas quanto à cubanização da situação política brasileira e teve alguma influência na deflagração do golpe de Estado que mergulhou o País na ditadura que se prolongou pelos vinte e um anos seguintes, com graves conseqüências políticas, econômicas e sociais para os brasileiros.

Durante o regime militar, o Brasil oscilou entre a Política Externa Independente (nacionalista) e o Alinhamento Automático (aliança norte-americana), com surpreendente preponderância da primeira.

Inicialmente os militares desejaram retornar ao padrão de alinhamento automático, segundo as concepções da nova ordem internacional organizada pelos Estados Unidos após 1945, nas quais devemos destacar a ênfase dada ao liberalismo econômico. Essa política passou ser conhecida como Correção de Rumos. Na verdade, era apenas uma tentativa de destruir a PEI e não uma contraproposta viável de política externa. Em termos de características da Correção de Rumos, que vigorou entre 1964 e 1967, podemos citar:

- a. o bipolarismo, no qual o Brasil se filiava oficialmente ao lado americano da Guerra Fria, ressaltando seu pertencimento ao Ocidente e seu alinhamento automático às decisões e opções americanas e de seus aliados, sem se importar com os interesses particulares do Brasil;
- b. a abertura ao capital estrangeiro, a qual se opunha ao nacionalismo e à estatização, propondo-se criar condições de liberdade nas quais o capital internacional fluiria espontaneamente para o Brasil. Isso teria a finalidade de induzir o desenvolvimento brasileiro pelo livre jogo do mercado, sem Estado e sem fronteiras, o que obviamente acabou por não ocorrer. Tal equívoco infelizmente não serviu de lição para governos posteriores ao regime militar, que não conhecedores da história, o repetiram e mais uma vez falharam.<sup>8</sup>

O projeto de política externa de Castello Branco, como não podia deixar de ser, teve vida curta, já que não trouxe resultados reais, pois não privilegiava os verdadeiros interesses do País, mas colocava o Brasil dentro do confronto bipolar ao lado de uma das potências hegemônicas e não o utilizava de forma neutra e pragmática para obtenção de vantagens que de fato convinham aos brasileiros.

Além disso, o Brasil prestou um desserviço aos outros países subdesen-

---

<sup>8</sup> Cf. CERVO. *Op. cit.* p. 333.

volvidos nos foros internacionais. Como um dos grandes países do Terceiro Mundo, o alinhamento brasileiro aos países imperialistas não ajudou a descolonização da África e da Ásia, em especial no caso das colônias portuguesas na África, nas quais o País poderia intervir para uma independência pacífica e consentida por Portugal e impedindo assim uma guerra de independência que se transformaria em uma guerra civil posteriormente.

Entretanto, parcelas mais esclarecidas, mesmo entre os conservadores, viam claramente as contradições da política da chancelaria de Castello Branco e contribuíram para sua revisão e posterior abandono. Segundo CERVO, as críticas provinham de partes da imprensa “que avaliaram negativamente o ocidentalismo; das Forças Armadas, a cuja linha dura nacionalista repugnava a subserviência aos interesses norteamericanos; do empresariado e das classes médias, descontentes com a desnacionalização da economia e a recessão.”

Uma política de relações exteriores um pouco mais independente correspondeu ao projeto geopolítico militar de fazer do Brasil uma potência emergente e nesse sentido adequou suas parcerias e alianças político-econômicas, objetivando esse fim. Essa política caracterizou sobretudo o governo Geisel, considerado um marco na história da política exterior brasileira, pois tentou buscar novos parceiros internacionais para o Brasil, os quais pudessem, além de representar novos mercados para os produtos brasileiros, se tornar fornecedores de tecnologias que o País ainda não dominava. Da mesma forma, a chanceler de Geisel, Saraiva Guerreiro, buscou uma aproximação com os países não-alinhados e com o Terceiro Mundo, livrando-se de camisas-de-força e de opções exclusivistas por ideologias que pouco significado tinham para o Brasil. Era o pragmatismo responsável, uma certa versão brasileira de *Realpolitik*, que considerava o mundo como de fato era, aos olhos brasileiros e não como uma superpotência o idealizaria.

O Brasil buscou então uma maior participação nos foros multilaterais do período com o objetivo de obter informações e conhecimentos que permitissem a sustentação de suas posições diante de novos parceiros; influir na tomada de decisões; fazer da política exterior um instrumento auxiliar no desenvolvimento do País. Rapidamente ficou claro que os países em desenvolvimento não conseguiriam resolver seus problemas isoladamente. Havia a necessidade de se estabelecer uma estratégia grupal que beneficiasse todos os envolvidos. Apesar do ceticismo brasileiro perante a competência dos órgãos multilaterais para a solução dos problemas do Terceiro Mundo, o País sempre se mostrou solidário com os reclamos de outros países desenvolvidos nas organizações internacionais, que, ao final, eram advogadas dos interesses de seus membros do Primeiro Mundo. Assim, o fim do regime militar, em termos de política externa, se caracterizou por uma desilusão ante os resultados pouco animadores alcançados pelo País.

Na transição democrática ocorreu um fortalecimento da identificação do Brasil com o Terceiro Mundo e o País chegou à conclusão de que os problemas dramáticos dos países pobres só seriam resolvidos, em conjunto, por eles mesmos. O Primeiro Mundo não teria interesse algum na resolução dos problemas dos países subdesenvolvidos. Afinal, o equilíbrio econômico mundial é bastante

pragmático e não é realmente de se esperar uma postura solidária com os interesses dos pobres.

Desde 1985, o eixo da política externa brasileira foi fixado no apoio à plena democratização da América Latina e na sua real integração econômica, fator considerado essencial para a solução de seus problemas econômicos. Reflexo desse pensamento, podemos citar as iniciativas da gestão Sarney, que deu os primeiros passos, lado a lado com seus parceiros da Argentina, Paraguai e Uruguai, para dar vida ao Mercosul, uma entidade destinada a colocar em prática os ideais de integração latino-americana, acalentados desde os anos 50.

Vimos também um retorno dos partidos políticos à política externa<sup>9</sup> a partir de 1985. Durante o período militar foi estabelecido um sistema bipartidário artificial, em que os dois partidos políticos, MDB e ARENA, eram na verdade marionetes, cuja existência buscava dar um aspecto de legalidade à ditadura. Não lhes cabia, na ordem política estabelecida, uma participação na elaboração da política externa. Com a democratização, houve um restabelecimento do estilo de negociações entre partidos políticos pré-1964. A questão das relações internacionais do Brasil passou a figurar, ainda que timidamente, no programa político e ideológico da maioria dos partidos surgidos na década de 1980.

Ainda sob o governo Sarney, a nova Constituição (1988) inovou em termos de história constitucional brasileira, pois codificou algumas orientações gerais em matéria de política internacional. Segundo ALMEIDA<sup>10</sup>, a inovação se dá “pela postulação inicial, dentre os princípios basilares do ordenamento jurídico e constitucional brasileiro, de algumas linhas de ação dedicadas especificamente a guiar os dirigentes eleitos e os agentes diplomáticos no que se refere à postura externa do país.”

Com o aprofundamento contínuo da democratização do País, a questão da política externa passou a ser um elemento constante nos programas dos principais candidatos às eleições presidenciais. No caso das eleições de 1994, a análise dos programas permitiu detectar uma certa timidez em termos diplomáticos, assim como uma postura pouco inovativa e pragmática diante das questões internacionais, o que pode inclusive significar desinteresse e mesmo desinformação quanto aos efeitos dos eventos internacionais sobre o Brasil. Apenas o PT teve a coragem de colocar em pauta uma “Nova Política Externa”, diferente da adotada até então pelo Itamaraty.

Desde então, há uma tendência, não só em nível político e partidário, mas também dentro da sociedade organizada, de um interesse maior pelas questões internacionais e pela inserção internacional do Brasil. Isso se deve ao fato de que se tem chegado à conclusão de que os problemas que afligem pesadamente a sociedade brasileira (distribuição desigual de renda, miséria, globalização, fragilidade ante capitais especulativos, investimentos externos para desenvolvimento, repasse de tecnologia, dívida externa, questão ambiental etc.) são também os problemas dos outros países

---

<sup>9</sup> Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre : UFRGS, 1998. p. 209.

<sup>10</sup> Idem, p. 217.



em desenvolvimento e que somente poderão ser resolvidos em conjunto pelos próprios interessados. Daí que se dá um avanço, por meio de órgãos integracionistas multilaterais, como o Mercosul, buscando efetivamente passar das palavras e intenções para as atitudes que resultem numa real tentativa de começar a solucionar os problemas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre : UFRGS, 1998.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, 1961.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Ática, 1992.
- CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional*. Brasília : UnB, 1994
- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.) *História do cone sul*. Brasília : UnB e Revan, 1998.
- DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro : Topbooks, 1999.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Histoire diplomatique de 1919 à nous jours*. Paris : Dalloz, 1971.
- . *Todo império perecerá*. México : FCE, 1990.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo : EDUSP, 1995.
- KISSINGER, Henry. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.
- KRIPPENDORF, Ekkerhart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1971.
- MASKE, Wilson. *Bíblia e arado: a construção da identidade étnica entre os alemães menonitas no sul do Brasil*. Curitiba : UFPR. Dissertação de Mestrado, 1999.
- RODRIGUES, José Honório.; SEITENFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

REMOND, René. *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro : FGV, 1996.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*. São Paulo : Nacional, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre : UFRGS, 1998.